

RESENHA

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.



Do crescimento à crise: a economia brasileira entre 2002-2018

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

No cenário brasileiro de crise econômica, golpe parlamentar e eleição presidencial, o debate nas ruas, jornais, internet, parlamentos e mesmo na academia, quando consegue superar o senso comum, os achismos e a pós-verdade, dificilmente avança para além das fórmulas prontas ou teorias convencionais que apontam causas únicas para a crise econômica. Para orientar o debate, o livro de Laura Carvalho, economista e professora da USP, não poderia vir em melhor hora.

Em *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*, lançado em 2018 pela editora *Todavia*, a autora nos instiga, com grande didatismo, à “compreensão do vaivém da economia brasileira na última década pede diagnósticos que descartem o Fla-Flu político e as comparações simplistas entre economia nacional e economia doméstica” (2018, p. 10). Ao discutir as interpretações dominantes, defende sua tese central: o problema não foi o excesso de intervencionismo do Estado na economia, mas o tipo de intervenção que passou a ser feito em 2011 e foi intensificada a partir de 2015.

Na dança da valsa econômica brasileira, o texto divide o período em três fases: entre 2006-10 houve um passo a frente

com a decisiva atuação do Estado como motor da expansão do mercado interno; entre 2011-14 as medidas de desonerações fiscais pedidas pela Fiesp e implementadas por Dilma Rousseff, desligaram o motor do Estado e representaram um passo ao lado; desde 2015, com intensificação após a derrubada da presidenta, o ajuste fiscal foi o decisivo passo atrás que retirou e desmontou o motor do Estado, o que consolidou a crise econômica.

A autora toma emprestado de Edmar Bacha a ideia de que os anos Lula representaram um “Milagrinho” econômico, marcado por crescimento com redução da desigualdade e expansão do emprego formal. Desde 2006, é a expansão do mercado interno via consumo das classes populares, e não mais a exportação de commodities, o principal motor do crescimento da economia. No primeiro capítulo, Laura Carvalho detalha os “pilares da economia”: distribuição de renda, acesso ao crédito e principalmente, os investimentos públicos do governo federal.

A distribuição de renda na base da pirâmide social via Bolsa Família, valorização do salário mínimo e aumento do emprego formal foram os

responsáveis pelo crescimento do consumo e da economia. A expansão do crédito dinamizou o consumo, mas o pilar fundamental foi a expansão do investimento público, especialmente via PAC em 2007. “Há vasta evidência empírica de que os investimentos públicos têm grande capacidade de induzir investimentos privados, pois dinamizam o mercado interno e recuperam as expectativas das empresas sobre a demanda futura” (2018, p.29). É o Estado que promove o efeito multiplicador de induzir outros investimentos e gerar mais arrecadação nas contas públicas.

A tese da autora é defensável quando ela discute os efeitos da crise internacional de 2008 no Brasil. Apesar da queda no preço das commodities e da fuga de capitais, ao manter os investimentos internos, o governo Lula evitou o colapso da economia brasileira. Laura Carvalho reconhece que esta política econômica tem limites e desafios: a indústria nacional não acompanhou o ritmo do crescimento do mercado interno e o real valorizado permitiu a invasão dos importados; o setor de serviços, o que mais cresceu no Milagrinho, inflacionou e acirrou o conflito distributivo na classe média; não houve redistribuição de renda no topo da pirâmide social.

Em contraste às teses de André Singerⁱ, Laura Carvalho argumenta que Dilma Rousseff escolheu não encarar de frente os desafios e optou por dois caminhos errados: substituiu o Estado, motor mais importante do Milagrinho, pela iniciativa privada; em vez de apostar no mercado interno, apostou no externo. A autora caracteriza o primeiro mandato de Dilma como sendo de implementação da Agenda Fiesp: redução dos juros, desoneração da folha

de pagamento, desvalorização do real, contenção de investimentos do Estado etc. Embora todas as demandas empresariais tenham sido atendidas, os prometidos dinamismo e competitividade da indústria não vieram. “Pode-se dizer com segurança que os resultados de sua adoção foram desastrosos” (2018, p.59) com desaceleração da economia e deterioração fiscal.

Carvalho diz que há evidências de que as exportações brasileiras são insensíveis às variações no câmbio porque são centradas em produtos agrícolas e minerais essenciais, cuja demanda pouco aumenta ou diminui por conta da variação dos preços. Além disso, no contexto de crise do mercado internacional pós-2008, a aposta no mercado externo foi ruim. Desde 2011, a redução dos investimentos do Estado atuou como freio para a economia. A reorientação estratégica do governo que apostou no setor privado, via Agenda Fiesp, não necessariamente deveria ser acompanhada da retração dos investimentos públicos. Tudo isso, somado às desonerações fiscais dadas pelo governo às empresas, reduziu a arrecadação do Estado e causou o rombo nas contas públicas.

Laura Carvalho cita o Nobel de Economia Joseph Stiglitz para enfatizar que não há base empírica para sustentar o argumento de que a redução de impostos estimule o investimento privado e o crescimento da economia. No mesmo sentido, sua tese é que o rombo no orçamento ou o aumento da dívida pública não estão relacionados ao aumento do tamanho do Estado sob os governos do PT. Sempre citando dados, a autora mostra que as contas só se deterioraram a partir da retirada do Estado como motor da geração de

emprego e consumo. Ou seja, é o ajuste fiscal que piora as contas públicas e não o contrário.

Isso é discutido em detalhes no terceiro capítulo. Com Joaquim Levy no comando da economia, o que era um passo ao lado se tornou o decisivo passo atrás. O ajuste fiscal cortou mais investimentos públicos, mas manteve as desonerações ao setor empresarial. Ao contrário do prometido, as medidas não geraram confiança no empresariado, o investimento privado caiu 13,9% em 2015, o desemprego aumentou e as famílias consumiram menos. Por consequência do efeito contracionista do ajuste, com o PIB e arrecadação menores, o déficit das contas públicas só poderia aumentar. “Quando o setor privado está em processo de desalavancagem, é o Estado que deve voltar a investir, gerando emprego e renda” (2018, p.103), mas não foi esta a opção adotada desde 2015.

Laura Carvalho também detalha a panaceia econômica suscitada pelo processo de impeachment. O que se viu “foi a economia sendo utilizada livremente para diluir o casuismo jurídico” (2018, p.114). A autora mostra como as “profecias autorrealizáveis” e bolhas do mercado financeiro nada têm a ver com crescimento da economia ou o bem-estar da população. Já havia o consenso entre empresários e mercado de que a derrubada de Dilma e governo de Michel Temer seria mais vantajoso para os seus interesses.

Para além do critério duvidoso ao caracterizar como crime as “pedaladas fiscais” e a emissão de decretos de contingenciamento que não ampliaram as despesas nas contas públicas, o que ficou foi o reforço da tendência de criminalizar a política fiscal. Mostrou-

se que não cabe mais ao processo democrático decidir sobre as prioridades orçamentárias. O programa “Uma Ponte para o Futuro”, vendido por Michel Temer ao empresariado, partia do diagnóstico de que os direitos do cidadão, consolidados pela Constituição Federal de 1988, não caberiam no orçamento. É preciso: flexibilizar as leis trabalhistas; acabar com a obrigatoriedade de gastos sociais; desindexar as aposentadorias do salário mínimo.

A autora insurge-se contra a PEC 241/55, que significa o desmonte do frágil Estado de bem-estar social brasileiro. Ao tirar os pobres do orçamento e garantir a renda da oligarquia, o governo Temer está em perfeita sintonia com a ideologia neoliberal que aproveita momentos de crise para desativar gradualmente o jogo democrático. Embora saiba-se que inflação baixa e juros em queda sejam sinônimo de desemprego alto e crise econômica profunda, governo e setores da imprensa comemoram “o fim da crise”. Contra todas as evidências empíricas, Temer consolidou a aposta de que o capital privado é capaz de estimular a economia.

Laura Carvalho resgata a ironia de Paul Krugman de que existe uma “fadinha da confiança” na crença de que um ajuste fiscal é solução para a crise. Este misticismo tão presente na imprensa brasileira, quando confrontado com a realidade de que a economia piorou por causa do ajuste e o impeachment não gerou confiança, diz que fatores inesperados, como greves ou a volta de Lula, é que são os culpados.

No quarto capítulo do livro, a autora aponta caminhos para acertar o passo dessa valsa. A experiência brasileira

teria mostrado que abrir mão dos investimentos públicos é ruim para as contas do Estado e para o desenvolvimento da economia. É preciso: abandonar a PEC 241/55, religar o motor do investimento público, fazer uma reforma tributária no andar de cima da pirâmide social.

Na instigante argumentação da economista, sempre sustentada por diversos números e outras pesquisas, sendo o Brasil um país de tamanho continental e grande potencial do mercado interno, apostar apenas no modelo exportador não parece ser a melhor estratégia, pois além dos danos ambientais, deixaria o país a mercê da conjuntura internacional. A melhor opção é o fortalecimento do mercado interno e não há experiência histórica que tenha conseguido desenvolvê-lo sem apoio do Estado.

Em suma, diz a autora: “a ideia de que os investimentos das empresas podem funcionar como motor autônomo de retomada em meio à recessão e ao alto endividamento não encontra respaldo na evidência empírica” (2018, p.166). A saída é o Estado investir e gerar demanda. E finaliza instigando à reflexão para o presente: o sucesso do Milagrinho não convenceu as elites brasileiras de que democracia com inclusão social é bom não apenas materialmente, mas também para a tolerância, a liberdade, a justiça e a convivência democrática. As elites desconsideram a histórica e profunda fissura social no Brasil, dobram a aposta e radicalizam o desmonte do Estado.

Recebido em 2018-08-03
Publicado em 2018-11-16



* **CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME** é professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

ⁱ Ver “O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016) de André Singer, publicado pela Companhia das Letras em 2018.